

NOTA DE DESAGRAVO

Vivemos um período de intensa crise política e econômica e de muito desencanto da população em relação às instituições públicas no país. No Paraná, infelizmente o quadro não é diferente, com o adicional episódio da prisão de quase todos os dirigentes do governo de Beto Richa e de empresários a ele ligados.

Esse clima de descrédito vem acompanhado de episódios de violência e de desrespeitos flagrantes aos direitos fundamentais de toda cidadã e de todo cidadão brasileiro.

O último dia 14 de setembro, sexta-feira, marcou os seis meses do assassinato da Vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro. Apesar da intervenção das forças armadas na segurança pública daquele estado, até o presente momento as autoridades não solucionaram esse crime bárbaro de execução, que vitimou uma jovem negra, que foi levada à política por sua atuação em sua comunidade e nos movimentos sociais.

Na última segunda-feira, dia 10, a advogada Valéria Lucia dos Santos foi algemada e detida, permanecendo sentada no chão de uma das salas de audiência do 3º Juizado Especial Cível de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Segundo nota do tribunal responsável, a juíza leiga chamou os policiais “para conter uma advogada que não havia acatado orientações da magistrada”.

Um dia antes, na noite do domingo, dia 9, o advogado Renato Martins Freitas, candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, foi atingido por balas de borracha e levado preso pela Guarda Municipal, enquanto fazia panfletagem na praça do gaúcho, no bairro São Francisco.

Antes de qualquer esclarecimento das autoridades policiais, o prefeito Rafael Greca de Macedo ao comentar esse lamentável episódio “defendeu a atuação da Guarda Municipal (GM) e afirmou que Freitas “é reincidente em atos de desacato e de perturbação do sossego”.

Talvez a assessoria do prefeito não o tenha informado que a prisão anterior de Renato pela Guarda Municipal foi, também, arbitrária e violenta, e que gerou uma sindicância e processo administrativo para apurar responsabilidades.

Não podemos admitir que o chefe do poder executivo de Curitiba, sem se inteirar dos fatos, elogie uma ação violenta contra um jovem curitibano, independentemente de sua cor e classe social.

Não toleramos o arbítrio, o preconceito e o desrespeito aos direitos e garantias individuais dos cidadãos e cidadãs de Curitiba.

O combate à violência é prerrogativa do poder público, em defesa da sociedade. A violência tem que ser combatida, jamais incentivada pelo poder público e por seus representantes.

Repudiamos qualquer ato de violência, mais ainda aqueles patrocinados pelo poder público. Os mandatos da vereadora Professora Josete e do vereador Goura manifestam sua solidariedade ao Renato de Freitas Martins e reafirmam seu compromisso de luta pelos direitos humanos, pela livre manifestação dos cidadãos e pela ocupação pacífica dos espaços públicos.

PROFESSORA
Josete
VEREADORA

GOURA
VEREADOR